

BACIA DO RIO DOCE

FORÇA-TAREFA AVALIA EM R\$ 1,2 BILHÃO PREJUÍZOS CAUSADOS POR ROMPIMENTO DE BARRAGEM DE REJEITOS



OSVALDO AFONSO

Grupo de trabalho apresentou propostas de ações corretivas, restauradoras e compensatórias

O Governo do Estado apresentou ontem a versão final do relatório sobre os danos materiais, ambientais, econômicos e humanos provocados pelo rompimento da barragem de rejeitos da Samarco, no município de Mariana, em novembro passado. Os prejuízos foram avaliados em R\$ 1,2 bilhão, devidos ao Estado e aos 35

municípios da Bacia do Rio Doce. Não estão inclusos valores compensatórios e indenizações. Para Tadeu Martins Leite, secretário de Desenvolvimento Regional e coordenador da força-tarefa que realizou o levantamento, o relatório é apenas o ponto de partida para as ações a serem tomadas. **(Página 3)**

ECONOMIA



MANOEL MARQUES/IMPrensa MG

GOVERNADOR E PRESIDENTA PARTICIPAM DE INAUGURAÇÃO DE UNIDADE DA AMBEV EM UBERLÂNDIA

O governador Fernando Pimentel participou ontem, ao lado da presidenta Dilma Rousseff, da inauguração da fábrica da Ambev em Uberlândia **(foto)**. A empresa investiu R\$ 770 milhões na unidade, com capacidade para produzir seis milhões de hectolitros de cerveja por ano, empregando diretamente 480 trabalhadores. Pimentel e Dilma visitaram as instalações da cervejaria, única no País a produzir a marca Budweiser em garrafa de um litro em vidro retornável. A presidenta destacou que a nova indústria reafirma e consolida o papel do Triângulo Mineiro, como importante polo nos setores industrial, agrícola e pecuário. **(Página 3)**

TJMG presente
na posse da diretoria
da OAB/MG
(Página 4)

LEGISLATIVO

DEPUTADOS VOLTAM A BENTO GONÇALVES PARA AVALIAR DANOS DA TRAGÉDIA

Deputados integrantes da Comissão Extraordinária das Barragens da Assembleia Legislativa, visitaram o distrito de Bento Rodrigues, em Mariana, para acompanhar a realidade da população, quase 90 dias depois do rompimento da Barragem de

Fundão e fortalecer as reivindicações das vítimas da tragédia. Mais uma vez, os parlamentares ouviram os moradores, que pediram manutenção da verba de subsistência e entrega de cestas básicas pela mineradora Samarco. **(Página 2)**

Deputados reforçam reivindicações das vítimas de tragédia

❑ *Comissão Extraordinária das Barragens visitou Bento Rodrigues e Barra Longa para cobrar mais rapidez em ações da Samarco*

Em visita da Comissão Extraordinária das Barragens da Assembleia Legislativa (ALMG) ao distrito de Bento Rodrigues, em Mariana (região Central do Estado), moradores pediram manutenção da verba de subsistência e entrega de cestas básicas pela Samarco. Na visita, realizada na última segunda-feira (1º), deputados reuniram-se com membros do Movimento dos Atingidos por Barragens e com moradores da região de Barra Longa (Zona da Mata).

A comunidade local também questionou os critérios para a distribuição de recursos aos atingidos, a reposição das ferramentas e insumos para que trabalhadores possam retomar suas atividades produtivas e o retorno do acesso à água nas propriedades rurais. Entre as dificuldades relatadas, eles apontaram problemas de saúde ocasionados pela lama com resíduos de minério que tomou conta das fontes de água e ruas do município, além do estresse causado pela situação em que se encontram.

AUXÍLIO - Os moradores presentes também reclamaram da falta de autonomia e auxílio na reforma das casas que ainda se encontram em condições de serem recuperadas e lembraram a construção de um muro de contenção, ainda

não realizado, com o objetivo de preservar Barra Longa de tragédias semelhantes no futuro. Representantes do Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) e moradores leram documento, que será entregue a representantes do Ministério Público, elaborado a partir das reivindicações feitas durante as reuniões realizadas com a mineradora, desde o ano passado.

“Moradores de Mariana pedem para manter verba de subsistência e entrega de cestas básicas”

Nos escombros da escola e da policlínica de Bento Rodrigues, os deputados foram acompanhados pelo presidente da Associação de Moradores, José Nascimento de Jesus. Ele relatou que foi o barulho que alertou os moradores para



Parlamentares verificaram os estragos causados pela lama de rejeitos tóxicos



FOTOS: GUILHERME DARDANHAN

Proprietários querem ajuda para reformar as casas que ainda podem ser recuperadas

que fugissem da avalanche de lama após o estouro da barragem, em novembro do ano passado. Também segundo José Nascimento, estariam adiantadas, por parte da Samarco, providências para a criação de uma nova Bento Rodrigues, em área ainda a ser designada.

SAQUES - O relator da comissão, deputado Rogério Correia (PT), e o deputado Gustavo Valadares (PSDB) questionaram sobre diversas casas semidestruídas, sem telhas e sem janelas, na entrada no distrito. De acordo com o presidente da associação, esses locais foram atingidos pelos saques, logo em seguida ao rompimento da barragem. José Nascimento ressaltou que a Samarco ofereceu caminhões aos moradores, para buscarem seus pertences. “Eram em torno de 200 casas e 600 habitantes ao todo que o distrito tinha”, disse.

O deputado Rogério Correia frisou que o objetivo da visita era ver a realidade da população quase 90 dias depois do acidente com a Barragem de Fundão e fortalecer as reivindicações das vítimas da tragédia. “Queremos saber quais as condições de trabalho de vocês aqui, do que vocês ainda precisam”, ponderou.

O deputado federal Padre João (PT-MG) lembrou que, por causa do desastre, a Câmara dos Deputados queria apressar a aprovação do novo Código da Mineração, segundo ele, com o objetivo de beneficiar as empresas. “Felizmente, conseguimos barrar a tramitação irresponsável. Mas ainda temos desafios gigantescos. Não é uma situação fácil, que vai se resolver da noite para o dia”, afirmou.

RESPONSABILIDADE - O gerente de Infraestrutura da Samarco, Cláudio Siqueira, disse que a empresa está ciente de sua responsabilidade e vem tomando todas as providências possíveis para atender a todos os moradores atingidos.

“Temos, em Barra Longa, 580 homens trabalhando, com 140 mil metros cúbicos de material já retirado dos rios. No entanto, não conseguiremos solucionar tudo a curto prazo. Noventa e duas residências precisam ser recuperadas, sendo que, neste primeiro momento, não estamos discutindo reassentamento, apenas recuperando, demolindo e reconstruindo. Até julho deste ano imaginamos que 80% das residências estarão entregues aos moradores. E faremos um estudo para a recuperação do rio até, no máximo, março”, informou.

PÁGINA PREPARADA PELA GERÊNCIA DE JORNALISMO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

MINAS GERAIS
GOVERNO DE TODOS

PODERES DO ESTADO
Executivo
GOVERNADOR FERNANDO PIMENTEL
Legislativo
DEPUTADO ADALCLEVER LOPES
Judiciário
DESEMBARGADOR PEDRO C. BITENCOURT MARCONDES

Secretário de Estado de Casa Civil
e de Relações Institucionais
MARCO ANTÔNIO REZENDE TEIXEIRA
Diretor-Geral da Imprensa Oficial
EUGÊNIO FERRAZ

Estado apresenta medidas para a recuperação dos municípios da Bacia do Rio Doce

❑ *Força-tarefa conclui relatório que contém levantamentos dos prejuízos causados pelo rompimento de barragem em Mariana*

O Governo de Minas Gerais apresentou, ontem, a versão final do relatório com o levantamento global dos danos materiais, ambientais, econômicos e humanos causados pelo rompimento da barragem Fundão, da Samarco, na cidade de Mariana, em novembro passado. Além de consolidar o levantamento dos danos, o relatório conclusivo da força-tarefa, criada pelo governador Fernando Pimentel, sugere medidas corretivas e restauradoras a serem executadas para a recuperação dos municípios atingidos e da Bacia do Rio Doce.

Ao todo, considerando o impacto socioeconômico, a força-tarefa calculou um prejuízo da ordem de R\$ 1,2 bilhão, causado ao Estado e aos 35 municípios que integram a Bacia do Rio Doce. Não estão inclusos neste valor recursos compensatórios e indenizações, bem como situações derivadas da tragédia que ainda podem surgir. Para o secretário de Desenvolvimento Regional, Política Urbana e Gestão Metropolitana, Tadeu Martins Leite, que também é o coordenador da força-tarefa, o relatório é apenas ponto de partida para a discussão.

AÇÃO COLETIVA - As propostas para a revitalização dos municípios e da Bacia do Rio Doce poderão integrar a ação judicial coletiva (entre Minas Gerais e Espírito Santo, União e municípios contra a Samarco e suas controladoras, Vale e BHP) que reivindica indenização para cada dano provocado. A ação prevê uma

indenização estimada em R\$ 20 bilhões para a próxima década, sendo disponibilizado R\$ 2 bilhões por ano.

A análise dos impactos do rompimento da barragem foram detalhadas no relatório em escala microrregional, que descreve os efeitos da destruição nos municípios de Mariana, Barra Longa, Rio Doce e Santa Cruz do Escalvado, e em escala macrorregional, que diz respeito aos desdobramentos do desastre ao longo do Rio Doce, e foi dividida nos eixos *Ambiental, Material e Humano*, tanto no levantamento de danos, como no plano de respostas.

DANOS AMBIENTAIS - A enxurrada de lama e rejeitos comprometeu a qualidade da água, desde o local do rompimento da barragem até o delta do Rio Doce, prejudicando o abastecimento humano e animal em 11 municípios e a captação em diversas localidades, aumento do nível de turbidez e alterações da água, além dos impactos em nascentes e assoreamento dos rios Gualaxo do Norte, Carmo e de parte do Rio Doce.

A deposição dos sedimentos provocou processos erosivos, remodelamento do relevo, encrostamento, alteração do curso dos rios e baixa fertilidade do solo, que apresenta redução de nutrientes e presença de metais pesados. A lama provocou a morte de mais de 11 toneladas de peixes, ameaçou espécies de extinção e comprometeu a reprodução animal e o fluxo migratório.

DANOS MATERIAIS - A paralisação das atividades industriais dos setores de agropecuária (R\$ 47 milhões), comércio e serviços (R\$ 58 milhões) provocou impactos na base produtiva e comercial da região e gerou prejuízos privados da ordem de R\$ 540.466.816,00, de acordo com as informações fornecidas pelos municípios.

Os prejuízos econômicos públicos somam R\$ 146.066.455,33, sobretudo no que diz respeito à prestação de serviços municipais como abastecimento de água, que ultrapassaram R\$ 84 milhões, serviços de limpeza urbana (R\$ 16 milhões), seguidos pelo esgotamento pluvial e sanitário (R\$11 milhões), segurança pública (R\$10 milhões) geração e distribuição de energia, telecomunicações e assistência em saúde, educação e transportes, que foram interrompidos ou utilizados em maior escala, em decorrência da situação de emergência e para amenização da desordem e caos.

Já os impactos sobre a base tributária podem ser sentidos com a queda de cerca de 80% da arrecadação de Mariana e de Rio Doce, em função da paralisação da extração do minério e da produção de energia elétrica, respectivamente, e na queda das compensações financeiras, especificamente a Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários – CFEM, em Mariana e a Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos – CFURH, em Rio Doce.

DANOS HUMANOS - Mais de 321 mil pessoas, segundo o relatório, foram atingidas pelo desastre, que matou 17 pessoas (dois corpos não foram encontrados), incluída a população de Governador Valadares, que sofreu impactos diretos do desabastecimento de água.

Vale destacar o impacto psicológico intangível dos atingidos, que perderam suas identidades e referências, em decorrência das consequências do desastre, como a destruição de seus lares e vínculos sociais, interrupção de suas atividades, risco de novo rompimento, insegurança e criminalidade.

O impacto sobre os índios Krenak também é alvo de preocupação, uma vez que cinco comunidades indígenas foram atingidas, totalizando cerca de 450 pessoas. O rio possui relevante significado religioso e a suspensão do seu uso impossibilita a prática de cultos e ritos da etnia, além de impactar no sustento da tribo.

AÇÕES CORRETIVAS - O relatório apresenta propostas que vão orientar e balizar as ações corretivas, restauradoras e compensatórias a serem executadas pelas empresas, baseadas nas demandas dos municípios e na contribuição de especialistas e do poder público, que foram compiladas em um plano de respostas.

Governador participa de inauguração da fábrica da Ambev em Uberlândia

O governador Fernando Pimentel participou, ontem, ao lado da presidenta Dilma Rousseff, da inauguração da fábrica da Ambev em Uberlândia, no Território Triângulo Norte. Foram investidos mais de R\$ 770 milhões na unidade, que emprega diretamente 480 trabalhadores em sua produção.

Em seu discurso, o governador destacou a importância, para o Estado, do investimento que, na fase de obras, contou com o trabalho de nove mil pessoas. “É uma enorme alegria podermos celebrar um investimento importante do setor privado aqui em Minas Gerais, na região do Triângulo, mostrando a confiança desta empresa brasileira, mas que é uma grande multinacional, em escolher Minas Gerais para investir. Isso nos dá muito orgulho, porque mostra a nossa capacidade e a nossa competência”, afirmou.

Fernando Pimentel e Dilma Rousseff visitaram as instalações da fábrica, que tem capacidade para produzir seis milhões de hectolitros de cerveja por ano. A unidade de Uberlândia é a única cervejaria da Ambev no

País a produzir a marca Budweiser em garrafa de um litro em vidro retornável.

Dilma Rousseff destacou o trabalho para o desenvolvimento da região. “Acredito que a decisão da Ambev, de escolher Uberlândia para estabelecer uma das suas grandes unidades, é algo muito bem-vindo, porque reafirma e consolida o papel regional de todo o Triângulo Mineiro, uma região bastante importante nos setores industrial, agrícola e pecuário. Isso é importante porque consolida o futuro da região e o futuro do Brasil”, disse a presidenta.

CONFIANÇA - Pimentel destacou, ainda, a história de trabalho dos mineiros, reforçando o empenho da nova gestão para ajudar o Brasil a retomar o caminho do crescimento. “O único Estado que tem no seu nome de origem uma profissão é Minas Gerais. Nós somos mineiros, e mineiro significa trabalhador. Alguém disse que o primeiro nome de Minas é liberdade, mas o outro nome é trabalho. Aqui, nós superamos a crise com trabalho, com empenho e dedicação. Aí não

tem crise que nos vença. Estamos aqui para reafirmar o nosso compromisso, e é isso que nos une a todos”, afirmou o governador.

Segundo a presidenta, após o ano desafiador de 2015, o objetivo é fazer com que 2016 seja o ano de retomada dos investimentos no País. Dilma destacou, além da busca de investimentos privados, os investimentos públicos e a manutenção dos programas sociais. “Uma empresa do porte da Ambev, decidindo um investimento nessas proporções, é porque ela sabe que as dificuldades que o Brasil está enfrentando são momentâneas. É uma demonstração de confiança no futuro do nosso País”, disse.

IIINVESTIMENTOS - Segundo o presidente da Ambev, Bernardo Paiva, a escolha de Uberlândia para a instalação da nova cervejaria se deve à excelente infraestrutura, mão de obra qualificada e posição geográfica estratégica. “Devido à ampla capilaridade e à extensa cadeia de suprimentos que movimentamos, o setor cervejeiro está

entre os que possuem maior efeito multiplicador na economia brasileira. Como aponta a Fundação Getúlio Vargas (FGV), só a nossa operação de Uberlândia pode gerar 24 mil empregos no País”, afirmou.

A unidade de Uberlândia possui tecnologia de ponta no que se refere à eficiência operacional, garantindo menor consumo de água e energia, e sendo movida 100% por combustível renovável, além de reaproveitar quase 100% de todo o resíduo sólido gerado na produção. A Ambev possui outras três fábricas em Minas Gerais: Juatuba, Contagem e Sete Lagoas, além de 10 centros de distribuição.

Também participaram do evento os ministros Armando Monteiro Neto (Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior) e Miguel Rossetto (Trabalho e Previdência Social); o secretário especial da Previdência Nacional, Carlos Gaba; secretários de Estado, deputados federais e estaduais, prefeitos, vereadores, presidentes e diretores de autarquias e fundações estaduais e lideranças políticas da região.

Representantes do TJ participam de posse da nova diretoria da OAB/MG

Evento aconteceu terça-feira (2), no Minascentro, em Belo Horizonte

O 1º vice-presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Fernando Caldeira Brant, representou o presidente, Pedro Bitencourt Marcondes, na solenidade de posse da diretoria da Ordem dos Advogados do Brasil/Seção Minas Gerais (OAB/MG), para o triênio 2016/2018. O evento foi realizado na noite de terça-feira (2), no Minascentro, em Belo Horizonte.

Estiveram também presentes o corregedor-geral de Justiça, desembargador Antônio Sérvulo, e o vice-presidente do

Tribunal Regional Eleitoral (TRE), desembargador Domingos Coelho.

O novo presidente da entidade é o advogado Antônio Fabrício Gonçalves. Helena Delamonica tomou posse como vice-presidente; Sérgio Leonardo, como tesoureiro; Gustavo Chalfun, como secretário-geral; Charles Vieira, como secretário-geral adjunto; Adriano Cardoso, como tesoureiro adjunto; e Fabrício Almeida, como diretor institucional. Também foram empossados 160 conselheiros da OAB mineira.

MARCELO ALBERT



O 1º vice-presidente do TJ, desembargador Caldeira Brant (C), participou da solenidade

Paciente submetida a cirurgia plástica malsucedida será indenizada

Uma paciente será indenizada por médica e pela Organização Hospitalar Brasil em R\$ 30 mil por danos morais e estéticos, e R\$ 802,00 por danos materiais por ter suportado complicações pós-operatórias de uma cirurgia plástica e não ter obtido o resultado esperado, ficando com deformação e cicatriz. A decisão é da 18ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça, que reformou parcialmente a sentença da primeira instância.

Em julho de 2006, em Belo Horizonte, a paciente foi internada na clínica da Organização Hospitalar Brasil para realizar o procedimento de abdominoplastia e lipoaspiração. Na manhã seguinte à cirurgia, a paciente obteve alta e retornou para casa. No entanto, seu estado se agravou, com infecção, corte aberto, febre de 40°C, dores abdominais, de cabeça e pescoço, o que fez com que a mulher retornasse à clínica. Ela então foi atendida por outro médico, que a encaminhou ao Hospital Militar. Diante da gravidade de seu caso, ela foi levada ao CTI e recebeu o tratamento adequado, permanecendo 30 dias internada.

A paciente relatou, no processo, que ficou com o abdômen deformado e com uma cicatriz, o que lhe causou profunda dor, depressão, constrangimento e a necessidade de passar por um tratamento psicológico.

A médica e o hospital afirmaram que a infecção não se originou na clínica e sim na residência da paciente, pois ela só retornou três dias depois do procedimento. A médica apresentou laudo pericial que a isentou de responsabilidade no caso.

TESTEMUNHO - O desembargador Mota e Silva, relator do recurso, entendeu que a médica e o hospital não comprovaram que o fato se deu por culpa da paciente. De acordo com o relator, a alegação de que a infecção se originou na casa da paciente não foi comprovada, não passando de mera alegação. Ele citou o testemu-

nho de uma mulher que cuidou da paciente tão logo ela saiu da clínica, segundo a qual ela “tossia muito e saía bastante secreção de seu abdômen”, o que comprova que já havia sinais de infecção.

Magistrado considerou que o laudo pericial, apresentado pela médica, foi elaborado de forma tendenciosa

O magistrado considerou ainda que o laudo pericial apresentado pela médica foi elaborado “de forma tendenciosa”, ao apresentar como justificativa suas qualificações profissionais. “O currículo da profissional não a isenta de responsabilidade por dano que venha a provocar em seus pacientes, e estar devidamente registrada no órgão fiscalizador de sua atividade é mero requisito para exercer o seu *mister*”, afirmou.

O desembargador ressaltou que “o cirurgião plástico estabelece com o paciente um contrato de prestação de serviços, o qual é considerado pela doutrina e jurisprudência dominantes como um contrato de resultado e não de meio”.

Assim, “restando presumida a culpa da médica cirurgiã, responde também a clínica, solidariamente, pelo dano sofrido pela paciente, submetida à cirurgia em suas dependências”, concluiu.

Os desembargadores Arnaldo Maciel e João Cancio votaram de acordo com o relator.

Tribunal autoriza Carnaval de rua na comarca de Andrelândia

A 6ª Câmara Cível do TJMG decidiu por unanimidade pela realização das festividades de Carnaval na cidade de Andrelândia, Sul de Minas, determinando a implantação de medidas de segurança para a preservação do patrimônio histórico do local. O município deverá providenciar cordão de separação, com vigilância durante todo o período de realização das festas, na região central da cidade, em frente aos imóveis do Cine Glória e das casas do visconde de Arantes e do dr. Ernesto Braga, até o limite das respectivas calçadas. Também deverão ser prote-

gidos os bustos do visconde de Arantes, num perímetro de 1,5 metro no entorno dos monumentos.

Em decisão anterior, resultado de um agravo de instrumento apresentado pelo município, a câmara julgadora havia determinado que o cordão de isolamento protegesse uma área de 15 metros ao redor dos imóveis citados e de cinco metros dos bustos do visconde de Arantes e do dr. Francisco Pascoal de Araújo.

A medida, entretanto, conforme alegação do município, implicaria no fechamento do trânsito de foliões, pedestres e veículos,

aumentando risco de tumulto, em razão do maior ajuntamento de pessoas, além de impedir a fruição de um outro bem cultural, neste caso imaterial, que é o “Carnaval na Praça Visconde de Arantes”, reconhecido em Lei Municipal. Por esse motivo, o município decidiu apresentar novo recurso, dessa vez embargos infringentes, solicitando a modificação dos limites estabelecidos.

Em sua decisão, a relatora do processo, desembargadora Sandra Fonseca, considerou ainda outro argumento apontado pelo agravante, que informou que o aumento da área de proteção não seria

necessário, visto que em 2015 o isolamento foi feito nos limites da calçada à frente de cada imóvel, o que foi suficiente para impedir qualquer ato de vandalismo, tendo os festejos transcorridos normalmente. Entendendo então que o patrimônio da cidade permaneceria protegido, mesmo com a redução das distâncias de isolamento, a desembargadora determinou a mudança nos padrões de proteção dos imóveis.

Acompanharam a relatora os desembargadores Ronaldo Claret de Moraes e Yeda Athias.